



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

[Handwritten signature]

Mandato 2017-2021

ATA N.º 04/17
Sessão Extraordinária de 15 de Dezembro

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

25 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, Maria Esteves Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, André Teixeira Correia, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David (em substituição de Fábio Miguel Cortes Nobre), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Fernando Pereira Marques), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD - Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Miriam do Amaral Correia (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Duarte José de Sousa Duarte (em substituição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

de Bruno Miguel Martins Inácio), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

O Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota, não esteve presente, nem se fez representar;-----

O Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

Os Vereadores da Oposição: José Manuel Valente Graça e Horácio Correia da Piedade-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores, Pedro Pimpão Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo e Marilyn Zacarias.**-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes), Fernando Pereira Marques, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Adriana Cavaco Guerreiro, Fábio Miguel Cortes Nobre, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por José João Magalhães David.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Bruno Miguel Martins Inácio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Duarte José de Sousa Duarte, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

R

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre expediente recebido;-----

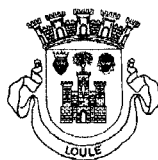
4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 51/2017- Deliberação relativa à Eleição de 4 cidadãos eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), a fim de dar cumprimento à alínea l) do ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio; (Transitou da Ordem de Trabalhos da última Sessão Extraordinária realizada no dia 30 de Novembro de 2017);-----

b)- Proposta 53/2017- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro conjugado com o n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3217-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 54/2017- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Ano 2018, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, é competência da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, ou seja, os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, estabelece que a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; [Proposta da Câmara Municipal n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3217-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- **Proposta 55/2017- Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Loulé**, para efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece que o auditor externo remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município, informação sobre a respetiva situação económica e financeira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3222-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- **Proposta 56/2017- Deliberação relativa à Abertura do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Loulé - "Sophia de Mello Breyner Andresen"**, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3212-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- **Proposta 57/2017- Deliberação relativa à Aprovação da Constituição da Comissão de Revisão dos Estatutos da Assembleia Municipal de Loulé**, (aprovados em 3 de Agosto de 2015), nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos n.ºs 12.º e 74.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu conta a todos os presentes dos trabalhos realizados neste edifício, embora criando algum desconforto, mas que foram necessários para renovar a instalação do ar-condicionado que não podia funcionar por não estar de acordo com as regras e num edifício público como este, necessariamente, ter-se-ia que repor as coisas nos termos legais. Agradeceu aos funcionários da CML que têm estado a acompanhar as obras da empresa ROLEAR, em especial o senhor Arq.º Joaquim Farrajota e o senhor Eng.º Pedro Ventura.-----

O senhor Presidente informou sobre os pedidos de substituição para esta sessão, conforme acima referido.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

12

Passou-se de imediato ao primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público.-----

1-Intervenção do Público;-----

Foi cedida a palavra ao **Munícipe Rogério Rochinha**, que abordou uma questão recorrente relacionada com o Centro de Saúde de Quarteira, que continua a ter graves problemas para a marcação de consultas, principalmente para os utentes sem médico, bem como, pontualmente, alguma falta de material, nomeadamente já se verificou falta de vacinas para o tétano.-----

Solicitou a resolução destes problemas, no sentido do Centro de Saúde de Quarteira ter outras valências para não sobrecarregar o Centro de Saúde de Loulé assim como tem o problema da falta de administrativos e solicitou ajuda no sentido de ser resolvida esta situação.-----

Na sequência desta intervenção, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que tinha ouvido com atenção a exposição do munícipe, referindo que à presente data não teve nenhum pedido de ajuda para este Centro de Saúde, e que este Executivo estará atento, para o que for necessário. Atualmente o número de médicos tem aumentado, não tanto como seria desejável, mas tem-se verificado esse aumento. Embora não sendo competência direta da Câmara Municipal, mas dentro da medida das possibilidades possamos colaborar para que os serviços de saúde aos nossos munícipes na medida do possível, nomeadamente com viaturas e ajudas pontuais e continuará a agir em conformidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2-Aprovação de Atas;-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou não existirem Atas para aprovação, uma vez que ainda estão em elaboração.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3- Informação sobre expediente recebido;-----

Neste ponto não existe expediente relevante para ser comunicado.-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

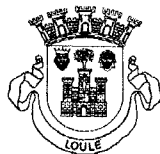
O senhor **Presidente da Assembleia**, informou sobre os tempos que cada grupo municipal dispõe para intervenções neste período.-----

Neste ponto usou da palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que colocou uma questão concretamente ao senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Congresso da ANMP e sabendo da importância que esta Associação representa no tecido municipal, sendo que de 2005 a 2013 da parte do município de Loulé houve sempre alguém representando este município, nomeadamente no Conselho Diretivo, uma vez que é importante ter alguém dentro da Associação para defender o nosso município, e gostaria de saber se houve a atribuição de algum cargo nesta Associação dentro do panorama dos municípios portugueses.-----

Em seguida o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, abordou a questão de um jornal regional "Algarve Primeiro", que antes das votações dos assuntos ocorrerem já o mesmo as noticiou, dizendo que era interessante que tivéssemos direito a vir tratar dos assuntos antes deles serem aprovados na rua.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, falou sobre 2 questões pendentes e que o senhor Presidente prometeu responder com brevidade. A primeira questão prende-se com o esclarecimento um impedimento legal que a Câmara tinha com a atribuição do donativo para as vítimas dos incêndios. Tinha sido aqui prometido e questionado posteriormente e que rapidamente os serviços jurídicos dariam uma informação.-----

Outra questão tem a ver com as obras junto ao Hotel Tivoli em Vilamoura e da parte do senhor Presidente foi dito que rapidamente mandaria os técnicos ir ao local e que prontamente daria uma resposta. Demorada a resposta, foi feito um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

[Handwritten signature]

Requerimento ao senhor Presidente, para que fosse respondido por escrito uma resposta sobre aquelas obras, e que até hoje não foi recebida resposta.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, respondeu ao senhor deputado Fernando Santos, que se referia à aprovação, na Sessão Ordinária na Assembleia Municipal de Loulé, do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2017, e que já o ano passado esta questão foi suscitada nesta Assembleia, porque se dizia que o Orçamento e Grandes Opções do Plano já tinha sido aprovado e nomeadamente o pacote fiscal já tinha sido aprovado, quando ainda não tinha havido deliberação. Tem havido alguma confusão entre aquilo que são as decisões de 2 órgãos. O ano passado ocorreu que dos próprios serviços da Câmara que têm a ver com o envio de notas de imprensa e da maneira que as notas de imprensa eram feitas dando origem a esta confusão, porque se dizia "...a autarquia aprovou...", ora a autarquia é composta por 2 órgãos. Foi reportada essa situação aos serviços da Câmara responsáveis por isso, e foi dito que o assunto iria ser visto com todo o cuidado, para que a comunicação fosse feita como ela deve ser feita. Provavelmente este ano o que aconteceu, foi da parte da comunicação social, uma continuação da interpretação, independentemente da Câmara ter comunicado como devia ter comunicado, "...o Orçamento foi aprovado em reunião de Câmara...", mas como havia uma tradição disso não ser apresentado dessa forma, a comunicação social segue o que é tradicional e não propriamente aquilo que é correto e que está nos termos da Lei.-----

O senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, disse estar de acordo com a informação que o senhor Presidente acaba de dar, mas também que os serviços da Câmara deveriam desmentir estas notícias e esclarecer a opinião pública sobre a tramitação legal destes documentos.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara**, disse que relativamente à questão colocada sobre a representação do concelho de Loulé no Congresso da Associação Nacional de Municípios eleitos em Portimão no Congresso, e Loulé não ficou em nenhum órgão, mas não será por isso que os interesses de Loulé serão defendidos com menor eficácia. Isso não se passa assim, nunca se passou, não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

necessário estar lá nos órgãos para acompanharmos todas as questões que dizem respeito a todos os municípios portugueses, existem os contactos habituais e condição para que se possa acompanhar e estar ao corrente de tudo. Não é necessário estar lá nos órgãos para acompanhar todas as questões que dizem respeito a todos os municípios portugueses, porque há a correspondência habitual, existem os contactos entre Presidentes de Câmara e portanto isso não constitui condição para que possamos acompanhar e estar ao corrente de tudo. Relembrou que Loulé nunca fez parte de nenhum Conselho Diretivo da ANMP, mas poderá estar enganado.-----

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Fernando Santos, explicou que quando a Câmara aprova o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, na realidade a Câmara não pode aprovar em definitivo esse documento, porque na realidade ele é aprovado aqui na Assembleia Municipal. A Câmara aprova quanto muito a proposta de Orçamento e a seguir remete-a à Assembleia Municipal que é o órgão que tem a competência legal para aprovar esses documentos, e daí resulta uma confusão. O que é feito na Câmara e é sabido por todos, é aprovada a proposta e depois remetida para a Assembleia Municipal.-----

Quanto às questões levantadas sobre o auxílio às vítimas dos incêndios, os serviços jurídicos da Câmara, defendem que nós não temos possibilidade legal de fazer a transferência desses fundos. Esta é a leitura e a interpretação que os serviços jurídicos da Câmara fazem relativamente a essa proposta.-----

Esta questão foi colocada numa reunião da AMAL, se algum dos colegas autarcas tinha tomado a iniciativa de enviar algum apoio para aqueles municípios vítimas dos incêndios e foi dito de imediato pela colega de Lagos que os serviços jurídicos não o permitem, foi a mesma situação de Loulé. Ninguém tinha enviado com a exceção do município de Alcoutim, o qual pediu o parecer deste, onde cada munícipe tinha contribuído com 1€. Esta situação não é linear, mas de qualquer maneira nós continuamos a tentar encontrar uma justificação que nos deixe sem dúvidas relativamente ao cumprimento da Lei, para podermos executar aquela que foi a expressão da nossa vontade. O município de Loulé tem a capacidade de ser generoso e solidário e perante uma situação destas, só em circunstâncias verdadeiramente impeditivas que tem que ver com a observância daquilo que a lei impõe é que não nos permitiram já ter enviado a ajuda que aqui dissemos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

R

prestariamos. Iremos encontrar forma de o poder concretizar.-----

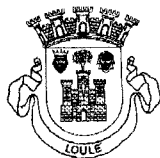
Relativamente às questões levantadas sobre a construção do Centro de Congressos do Algarve, em Vilamoura, a pergunta chegou por escrito à Câmara e será respondida igualmente por escrito o que já foi dito aqui oralmente quando a questão aqui foi levantada. A Câmara Municipal entrou em contacto com a gerência do hotel, colocou as questões pertinentes e informou que o placard da obra já lá está e quanto à circulação existe um troço que tem que ver com a instalação do Estaleiro de Obras e por uma questão de segurança das pessoas que possam ali circular, a circulação foi limitada apenas para proteger as pessoas. Estas obras tiveram um processo administrativo, previsto na lei, que os dispensava de um controle e de licenciamento prévio.-----

Solicitou a palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse ter ficado preocupado com a importância do município de Loulé no contexto e panorama nacional dos municípios portugueses e que tem verificado que Loulé está a perder peso no Conselho Geral e não no Conselho Diretivo como tinha inicialmente mencionado.-----

Preocupa-o a resposta do senhor Presidente da Câmara, quando diz que não estar presente não quer dizer que não tenha importância e influência dentro do órgão. Tem sérias dúvidas que isso seja assim!-----

Para que fique aqui esclarecido perante os companheiros de bancada e o público aqui presente. Dentro do conselho Diretivo, foi escolhido em 3º lugar a Dra. Isida Gomes da Câmara Municipal de Portimão, em 8º lugar o Dr. Rogério Bacalhau da Câmara Municipal de Faro, para a Mesa de Congresso Vítor Guerreiro da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, todos estes membros efetivos.-----

Para o Conselho Geral, António Pina da Câmara Municipal de Olhão e José Amarelinho, da Câmara Municipal de Aljezur. A representatividade de cada município faz-se estando presente, defendendo os seus ideais e não acredita que, como suplente da Mesa do Congresso, que foi o lugar atribuído ao nosso Presidente de Câmara, tenha tanta influência. Não concorda com a justificação que o senhor Presidente deu. O município está a perder a centralidade, importância, a liderança e a representatividade que sempre teve este concelho e



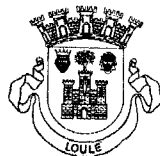
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

este município. A defesa de cada município, faz-se estando presente, defendendo os ideais, o que for necessário.-----

Interveio o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse registar que a Câmara demora muito tempo a responder à Assembleia Municipal, e que foi prometido que esta resposta seria dada por escrito. Referiu que é nobre a atitude do concelho de Alcoutim, referente aos donativos às vítimas dos incêndios, mencionando que a Câmara de Mértola, que com o parecer do Gabinete Jurídico, criar uma conta na Caixa Geral de Depósitos, para o efeito designada como conta solidária "Amigos por Pedrógão" sem qualquer tipo de problema.-----
Na questão da obra, em Vilamoura, nunca foi posta em causa a legalidade da mesma, disse apenas que o cartaz já existia, mas sem nenhuma informação escrita como é legal.-----
Quanto à circulação limitada diz ter dúvidas sobre a legalidade da mesma.-----

O senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referiu que na questão que toca à ANMP, o facto do Município de Loulé não ter sido contemplado com um lugar nos órgãos, não quer dizer que perca a centralidade, uma vez que este concelho tem um Executivo que tem imprimido um grande desenvolvimento, o qual não podemos negar. A ANMP é um órgão democrático e o PS tem a maioria na região. Lamentou o facto do Município de Loulé não ter ficado melhor posicionado, mas isso não vai por em causa a importância política e estratégica que este município tem na região e no País. Desejou um bom trabalho ao Dr. Rogério Bacalhau da Câmara de Faro e à Dra. Isilda Gomes da Câmara de Portimão, com certeza estão nos órgãos de topo e o Município de Loulé fará sempre valer os seus direitos e os seus interesses.-----

Sobre a questão referida dos Fundos, a conversa que houve a intenção que houve, quanto à questão dos apoios às vítimas dos incêndios, sabe que há uma medida cautelar que o Executivo está a fazer, no sentido de acautelar a forma como atribui os Fundos. Em Mértola houve um Parecer, houve apoios diretos, mas acha prudente a forma como este Executivo está a agir, os Fundos vão, mas com regras e a situação resolve-se com suporte legal. A medida é prudente.-----



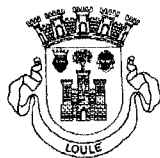
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Usou da palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que disse não entender porque é que o PSD diz que este concelho está a perder a centralidade, tendo em conta que o nosso Presidente foi reeleito como Presidente do Conselho dos Municípios para as alterações climáticas, tendo em conta que o nosso concelho está no caminho da ajuda direta às pessoas. Pediu ainda justificação à bancada do PSD para que junto das pessoas, lhes explicar porque é que se abstiveram na Revisão do Regulamento de Loulé Solidário. Terminou dizendo que a bancada do PS se preocupa com as pessoas, ao contrário da bancada do PSD que se preocupa com o dinheiro, com o capital.-----

Interveio o senhor **Deputado André Correia (PS)**, que disse achar pertinente a questão colocada pelo senhor deputado Mário Botelho, relativamente à ANMP, no entanto não concorda com o que diz, nomeadamente quando afirma que está preocupado com a importância e a liderança de Loulé por causa disto. Partilha as palavras do senhor Presidente da Câmara quando diz que não é por não estar nos órgãos, por não ter uma posição direta, que não se tem uma palavra e na luta daqueles que são os interesses de Loulé. Questionou a bancada do PSD, se com esta reeleição do Presidente da Câmara Municipal para a Presidência do Conselho Coordenador da Rede de Municípios para Adaptação Local às Alterações Climáticas, mesmo assim acha que Loulé está a perder a sua importância.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Calçada Correia (PSD)**, congratulou-se com uma situação que nos diz respeito a todos e que tem a ver com a descida das taxas de juro, com os efeitos que isso vai ter na revitalização de toda a atividade económica gerando uma maior confiança no País, indicador de um bom caminho que a nossa economia está a subir o que é muito positivo para o ano que se avizinha.-----

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Mário Baião (PSD)**, que disse ficar perplexo com as declarações de que não estando nós representado na ANMP, ganhamos algum valor ou importância dentro desta Associação. Disse respeitar a opinião de cada um, mas não consegue entender esse raciocínio, e a grande diferença que separa o PSD do PS, é que aquela bancada dá valor ao ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

humano, ao que ele desenvolve na sociedade e à criação de riqueza.-----

Foi cedida a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que fez uma reflexão sobre a ideia redutora do que é a centralidade num concelho, produto de um estudo recente, que o concelho de Loulé é o que tem maior índice de emprego do algarve e de natalidade e o que tem maior população estrangeira em termos relativos, são tudo indicadores de que alguma coisa importante em Loulé que atrai todo este tipo de pessoas e em termos relativos comparando com a população dos outros concelhos do Algarve, identificamos índices mais elevados no concelho de Loulé do que nos restantes concelhos.-----

Pedi a palavra a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que disse ter ficado um pouco estupefacta com a reação ao apontamento sobre a representação de Loulé na ANMP, e que o senhor Presidente da Câmara não pertencesse a algum lugar efetivo de algum órgão dessa Associação. O que apenas questionamos foi se Loulé está ou não representado num lugar efetivo, mas não está e que gostaríamos imenso que Loulé estivesse representado desta forma nesta Associação.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que concretamente sobre este assunto disse que a imprensa pouco ou nada ligou sobre o que se passou com este Congresso da ANMP.-----

Não há dúvidas que em termos económicos, o concelho de Loulé, felizmente mantém a liderança do Algarve, mas o protagonismo político que temos na AMAL é quase zero e a nível da ANMP, também ficou a saber que é igualmente zero, o que é mau para o concelho de Loulé, porque convém estar lá representado nos órgãos e não só na presença, o que às vezes é pouco.-----

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que referiu que disse que esta correspondência biunívoca entre a ANMP e Executivo de Loulé, não está muito a corresponder, porque está a perder importância, e é reconhecido por todas as bancadas, o que é preocupante a nível de futuro, porque o concelho de Loulé é o concelho mais importante, mais populoso e o concelho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

R
A

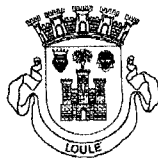
Loulé está numa posição secundária e é sobre isto que nós não estamos de acordo. Loulé não tem a correspondência devida da ANMP, o Município tem que fazer alterar as suas posições e fazer sentir junto do poder central essa preocupação.-----

Usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que apenas sintetizou que este assunto já foi demasiadas vezes abordado.-----

No seguimento de todas estas interpelações, solicitou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, clarificando que não tem assim tanta importância a participação nos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque grandes municípios não estão lá, como é o caso de Lisboa, Cascais, Porto, Sintra e portanto estas coisas valem o que valem, mas disse que irá continuar a focar o seu trabalho em prol do nosso Concelho-----

Pelo contrário, Loulé não está a perder, mas a ganhar a um ritmo muito elevado, como é o caso da BAL, que é uma das 5 bases logísticas do país da Proteção Civil, que veio para a cidade de Quarteira. Grandes infraestruturas vêm para Loulé, o Centro Distrital de Operações de Socorro, vem para Loulé, está em construção o SIRP, as instalações dos Serviços de Informação da República no Algarve, o ACES Central que está em Faro, vem igualmente para Loulé, então é um concelho que está a perder peso para Faro e Portimão? Loulé tem cada vez mais peso nesta região. Relembrou que é o primeiro Presidente com mandato renovado da Rede Portuguesa de Municípios para Adaptação às Alterações Climáticas, e Loulé é o líder dessa rede de municípios e é reconhecida pelos seus congéneres no país. Apelou aos senhores deputados para que façamos uma discussão mais serena e sobretudo mais honesta.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, propôs aos senhores deputados que se pudesse acrescentar uma nova proposta, que tem a ver com a Aprovação da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal que já tinha sido decidida em Comissão Permanente, que deveria ser apresentada no Plenário e propôs que fosse a ultima proposta, a alínea f)- Proposta 57/2017, mas que precisa da concordância dos senhores deputados para poder incluir este ponto na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Ordem de Trabalhos.-----

Interveio o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que não está preparado para participar na discussão deste ponto, alguns deputados desta bancada encontram-se ausentes e pode haver algum elemento que tenha maior capacidade para integrar essa Comissão e seria preferível que passasse para uma próxima sessão.-----

Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, relembrando o que havia sido acordado na última reunião da Comissão Permanente no dia 23/11, foi decidido que esta Comissão seria constituída pela mesa da Assembleia Municipal e pelo representante de cada partido político e perante esta circunstância, informa que o PS estava pronto para indicar o seu Deputado Municipal representante nesta Comissão.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que não havendo a concordância de todas as bancadas este assunto poderá passar para a próxima sessão.-----

O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que este assunto já transita de outras sessões, na reunião da Comissão Permanente, tinha sido acordado hoje que iríamos avançar com o início do processo da Revisão do Regimento, e já tinha sido definido que eram os representantes da mesa e os líderes da bancada e se estes não podem, pedem a substituição e pode-se avançar com a proposta hoje, sem qualquer inconveniente.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse poder prever-se essa solução, uma vez que se tinha combinado isso na Comissão Permanente, mas como não está incluída na OT, existe aqui um problema de ordem formal, e propunha que fosse a Comissão Permanente, podendo os representantes de cada bancada fazer-se substituir por aqueles que entenderem ser o representante mais adequado para esta Comissão. O Regimento refere que quem tem que tomar a iniciativa é a Mesa e faria a proposta que fosse a Comissão Permanente, podendo os membros dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Grupos Municipais, que assim o entendessem poder ser substituídos por outros.--

Interveio o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, manifestando a sua concordância com a proposta, atendendo às intervenções das bancadas do PS e BE, não será com certeza a bancada do PSD que possa impedir esta Revisão do Regimento. Indicou o líder de bancada como membro integrante da Comissão.-----

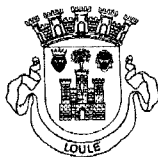
Posto isto ficou acordado que este será o último ponto da OT.-----

Entrou-se no Período da Ordem do Dia.-----

5- Período da Ordem do Dia:-----

a)- **Proposta 51/2017- Deliberação relativa à Eleição de 4 cidadãos eleitores para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)**, a fim de dar cumprimento à alínea l) do ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio; **(Transitou da Ordem de Trabalhos da última Sessão Extraordinária realizada no dia 30 de Novembro de 2017);**-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que este assunto transita da reunião anterior e não havendo consenso sobre a posição a adotar uma vez que não se chegou a consenso sobre os nomes a integrar a lista consensual dos 4 grupos municipais, foi considerado oportuno adiar para a sessão de hoje, e tanto quanto julga saber, não existe uma lista consensual e ir-se-á proceder de acordo com a existência de várias listas. Deram entrada 3 listas durante este período de tempo, uma apresentada pelo deputado Carlos Martins, Lista A (entrada no dia 5 de Dezembro) com a indicação da cidadã, Maria Cristina Mendes Pinto Farrajota, depois a Lista B (entrada no dia 12 de Dezembro), apresentada pelo Grupo Municipal do PS, indicando 4 cidadãos, Maria Esteves, José Teiga, Joana Conceição e Marco Ferreira e a Lista C (entrada hoje dia 15 de Dezembro), apresentada pelo PSD, com 4 cidadãos, Possolo Viegas, Elsa Calado, Francisca Sousa e João Guerreiro. Tendo em conta estas listas, iremos proceder às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

eleições.-----

Solicitou a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse ser a primeira vez que, nesta Assembleia não é obtido um consenso sobre esta Comissão. Nos mandatos do PSD e PS passados, sempre foi possível arranjar uma lista de cidadãos indicados pelas bancadas. A Lei diz "devem ser indicados cidadãos eleitores, com especiais conhecimentos ou capacidade de intervir na área das crianças e jovens em perigo" e nesse sentido foi apresentada a inclusão da enfermeira do Centro de Saúde de Loulé, Cristina Farrajota, que já pertence à anterior Comissão. Não foi esse o entendimento do PS, que não aceitou a proposta única, afirmando que iria apresentar 4 elementos e a manter-se esta situação, logicamente que a Lista do PS, que tem 4 pessoas, é a vencedora e não vale a pena haver eleições, porque é votada a lista e não as pessoas, porque não é uma lista nominal. Deveria ser votação de pessoas, como é uma lista de 4 elementos, automaticamente exclui as outras candidaturas e nessas circunstâncias a manter-se essa situação, o BE não vai a votação. De modo nenhum devemos sujeitar as pessoas a uma votação perdida. Tentamos até à ultima que fosse proposta uma lista única, não é possível, o PS quer partidarizar esta questão porque tem uma maioria absoluta. A manter-se esta situação o BE retirará a sua proposta na altura da votação.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que o Regimento da Assembleia, indica que a eleição de representantes desta Assembleia é feita pelo método Hondt.-----

O senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, disse que esta situação toda é lastimável e de onde ninguém sai a ganhar. Recordou que em 2009 não houve consenso e a lista ganhadora foi uma lista única com 4 membros do PSD. Lamenta o facto do PS não ter apresentado uma lista com 4 pessoas abrangendo as 3 forças políticas. Este assunto é preocupante, uma vez que envolve crianças e com toda esta polémica à volta desta questão, disse que não iria votar.-----

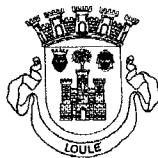


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que esclareceu o senhor deputado Fernando Santos, que na última reunião da Comissão Permanente, tentou-se arranjar uma lista única, achando que não se deveria partidarizar este tipo de Comissões, porque o interesse das crianças sobrepõe-se aos outros todos. Nesse sentido achou-se que a representatividade de todas as bancadas, seria a melhor solução que poderia representar esses interesses, mas acontece que a bancada do PS, na pessoa do seu líder, afirmou de forma taxativa que o PS irá representar uma lista própria e desse modo impediu que houvesse consenso em relação a essa mesma lista para esta Comissão.-----

O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que o interesse supremo não é dos partidos em si, mas esta Comissão é por sua vez das crianças. Na última reunião da Assembleia, marcada com este ponto, o PS apresentou 2 elementos, o PSD 2 elementos e o BE 1 elemento, o senhor Presidente interveio remetendo o assunto para a Comissão Permanente, onde foi solicitada a intervenção do senhor Presidente sobre esta matéria e o líder da bancada do PS recusou perentoriamente logo ali, sem ter ouvido os outros elementos do PS que alteravam a posição que já estava determinada. Perante isto e com base no PS, que entregou, segundo ou terça-feira a lista de 4 elementos, deu entrada nos serviços, o PSD tinha que entregar a sua lista e nós entregamos a nossa e mesmo assim ainda foi enviado novo mail ao senhor Presidente da Assembleia, no sentido de interferir para arranjar um consenso e chegamos a esta situação. Não necessitamos de ir a votos, porque não há necessidade de sacrificar a pessoa, cidadã que aceitou participar nisto, é conhecedora e técnica, sendo uma mais valia para esta Comissão, porque não vale a pena ir a votos.-----

Usou da palavra em seguida o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, esclarecendo que o PS apresentou a lista numa previsão de que seria aplicado o método Hondt na eleição. Disse respeitar todas as pessoas indicadas pelos partidos PSD e BE, porque todas elas têm o seu valor e o seu mérito, não é isso que está aqui em causa. O facto de não ter sido viabilizada uma lista conjunta e por razões do exercício da democracia, isto deve ir a votos, a menos que o senhor Presidente considere haver uma outra solução. A proposta está aqui com um conjunto de 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

peçoas com valor e mérito nesta área, respeitando as propostas de outras peçoas, mas estamos aqui num ato de gestão democrática e não há nada ilícito neste método e neste processo.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que iria propor um método para se ultrapassar esta questão com toda a dignidade que nós devemos salvaguardar em relação a esta representação e ao objeto de trabalho que estes representantes vão ter no seio da sociedade.-----

O senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, comentando a intervenção do deputado Mário Botelho questionou-o se aceitava reduzir a participação do PSD para 1 peçoas?-----

O senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, sobre esta questão da Lista da CPCJ, depois das palavras do líder de bancada do PS, depreendeu que o objetivo final é de louvar, porque na realidade se está aqui a defender os interesses das crianças e o problema foi da metodologia de apuramento de resultados que porventura pensou que era por método Hondt e afinal era por método nominal. Se for possível arranjarmos uma lista única que possamos integrar todos os nomes das 4 bancadas seria perfeito.-----

Em seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que tudo visto e ponderado, as opiniões transmitidas pelos representantes da bancada do PS, PSD e BE, propõe organizar uma solução que seja uma lista consensual, salvaguardando aqui todas as posições aqui expressas e voltando aquilo que foi a proposta inicial e aparentemente consensualizada na Comissão Permanente. Se não houver uma recusa expressa por parte de nenhuma das bancadas neste momento nesta Assembleia, na próxima reunião da Comissão Permanente tomará essa iniciativa.-- Não havendo oposição, proceder-se-á dessa forma.-----

Passou-se à proposta seguinte-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

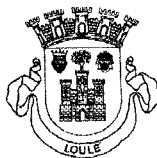
b)- Proposta 53/2017- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro conjugado com o n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3217-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A Mesa foi interpelada pelo senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, no sentido desta sessão ser interrompida por 5 minutos, para esclarecer em como fica a questão da Lista Única para a CPCJ.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse não haver condições para essa iniciativa, preferindo que o assunto seja abordado com calma e uma vez que não há urgência, tentaremos em Janeiro resolver a questão numa reunião extraordinária.-----

Para apresentação desta proposta, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que cedeu a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, para apresentar os documentos em causa.-----

O senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, começou por dizer que esta apresentação iria ser feita em *powerpoint* e como nota prévia, que este Orçamento bem como as reuniões tidas com os grupos parlamentares. Referiu que as reuniões decorreram após a proposta aprovada em reunião de Câmara, e que a partir do próximo ano, será elaborado um documento provisório e será apresentado em reuniões com os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, antes da proposta ser submetida à Reunião de Câmara. Teceu algumas considerações sobre o contributo de dois funcionários, que num curto espaço de tempo foram inesgotáveis no seu trabalho, o Dr. Diogo Fonseca (Diretor do Departamento Financeiro da CML) e a Drª Patrícia Sarmiento (Divisão de Pessoas e Qualidade) e que também pelo seu voluntarismo e pela sua motivação, deixar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

agradecimento porque foram eles em grande parte os realizadores operacionais deste documento.-----

Existe um conjunto de matérias que levaram a acelerar o processo de Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

Entretanto, os contributos recebidos dos partidos políticos, representados na AM, serão também considerados na revisão daqueles documentos, que ocorrerá na sessão de Fevereiro da Assembleia Municipal.-----

Este Orçamento teve 2 pontos em termos estratégicos, um em termos puramente orçamentais, que é uma das promessas eleitorais do Partido e agora Executivo, que são as contas municipais equilibradas, que têm 3 vértices, por si só a estabilização fiscal, que tem a ver com a fiscalidade municipal que foi aprovada, as transferências para as freguesias e o reforço na aposta de Educação, derivado daquilo que foi o compromisso eleitoral. Depois um investimento público sustentado, tendo como prioridade, o reforço da igualdade de oportunidades, que tem a ver com a ampliação de redes de distribuição de água e saneamento básico, em qualidade de vida, no caso da associação das políticas camarárias em relação às políticas do Governo, na área da habitação e por ultimo na qualidade do ambiente e sustentabilidade, através de um conjunto de medidas. As contas municipais equilibradas, o pacote fiscal, IRS, IMI e Derrama, para famílias e empresas. A redistribuição do rendimento, a reorganização dos serviços, a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias, que irá ser fundamental, naquilo que é a descentralização de competências que está neste momento na Assembleia da República e que o município de Loulé pelas suas características territoriais acompanhará, uma vez que todas as freguesias têm características próprias.-----

Apoio às Associações de índole cultural e desportiva como IPSS e por último no vértice das contas equilibradas, que tem essencialmente a ver com uma medida, que nós achamos de importância crucial no nosso concelho, que é de facto o fornecimento gratuito dos manuais escolares até ao 9º ano de escolaridade, daí um esforço orçamental nesta área.-----

Adaptação às Alterações Climáticas é de facto aqui uma política central deste município e por isso tinha que ter aqui grande relevância. O apoio às famílias, através do Loulé Solidário e dos Manuais Escolares, assume aqui uma importância



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

grande. As infraestruturas requerem mais atenção do ponto de vista do investimento, sendo que aqui na rede de abastecimento de água e saneamento estão alocados cerca de 30 milhões de euros. O desenvolvimento económico e o apoio às empresas, embora tenha aqui um valor simbólico, é um valor que vai requerer mais atenção e mais crescimento.-----

O Orçamento do Município de Loulé rondará os 100,9 milhões de euros, teve uma redução de cerca de 4 milhões de euros, derivado de uma candidatura europeia de um valor substancial, havendo uma estabilização do IMT na receita e por isso foi atualizado com um valor real que neste momento, é considerado neste Orçamento o imposto principal, em termos de receita ultrapassando o próprio IMI em termos de previsão para 2018.-----

O IMI mantém-se inalterável, a Derrama continua a zero, taxas e serviços, mantêm o ritmo de crescimento ligeiro. -----

Nas despesas, o Município de Loulé, assume a contratação de mais pessoal com características mais técnicas, para a elaboração de projetos de investimento, para que possamos dotar a instituição pública de meios humanos para executar aquilo que é um conjunto de investimentos aguardados em várias valências por parte da população.-----

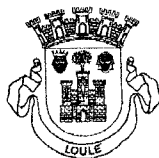
O Município de Loulé financeiramente está bem e no que tem a ver com o serviço da dívida e no final deste mandato em 2021, a CML terá que pagar menos 1 milhão de euros no seu orçamento, o que é significativo. -----

Foi criado o Gabinete de Apoio às Freguesias, para que em conjunto com as freguesias definir aqui qual o conjunto de competências de intervenção mais próximo das pessoas e como poderemos fazê-lo em termos humanos e financeiros essa transferência, o que totaliza perto de 4 milhões de euros, cerca de 4% do Orçamento para as freguesias.-----

Quanto à projeção plurianual da receita, o montante global para as Grandes Opções do Plano para os 4 anos é uma previsão, de 277 milhões, sendo que para estas opções mais relevantes colocadas aqui neste Relatório, o total que se encontra aqui são 192 milhões, sendo que para 2018, são cerca de 86.-----

A Adaptação às Alterações Climáticas é uma das áreas prioritárias deste Executivo e de todo o Município.-----

-Irá ser criado um Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Turística, vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

constituído ainda e irá ter 2 fontes de financiamento, com uma dotação de 1 milhão de euros, que é uma dotação que já que é o saldo transitado e a outra fonte de financiamento será uma Taxa Turística com aplicação a partir do ano de 2019 e este Fundo com estas 2 fontes de financiamento, vai salvaguardar tudo o que tenha a ver com catástrofes naturais adversas, seja do ponto de vista de inundações, fogos, enfim tudo o que seja consequência das alterações climáticas no nosso concelho, e este fundo estará lá para ajudar aquilo que é fundamental.--

Apoio às famílias, com os manuais escolares, refeições escolares e transportes escolares, totalizam quase 75% do apoio às famílias.-----

Está também incluído o compromisso assumido com a obra da rede de água e esgotos ao longo da EN 125 e a aquisição de terrenos destinados a habitação com apoio municipal.-----

Por proposta de um deputado municipal, irá haver uma rubrica para esta política municipal de habitação acompanhando as novas políticas nacionais de habitação, orientadas pelo Governo e que a Câmara de Loulé acompanhará durante o ano de 2018.-----

Concluindo esta apresentação, o Orçamento previsto é, como já se disse, de 100 milhões e com a integração do saldo passará a 125 milhões.-----

Terminou dizendo que para esclarecimento de qualquer questão, estará à disposição dos senhores Deputados.-----

Antes de se dar início ao debate, sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Ano de 2018, o Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que nos termos legais, a Assembleia iria pronunciar-se sobre o Orçamento, e a sua aprovação ou deliberação será sempre na sua globalidade, que ou aprova na globalidade, ou não aprova, no entanto, os Deputados, para além do seu direito de questionar o Executivo, sobre o Orçamento e as Grandes Opções, podem fazer recomendações ao Executivo, de alteração de uma ou outra rubrica do Orçamento, passando de seguida ao debate.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que iniciou a sua intervenção felicitando o Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, pela apresentação que fez, uma vez que os meios audiovisuais realmente permitiram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

uma leitura relevante e significativa deste documento, e solicitou que de futuro se continuasse a fazer este tipo de apresentação. Seguidamente disse que este Orçamento era globalmente muito positivo, e quis destacar que o pacote fiscal, representava um forte apoio e incentivo aos munícipes e às empresas, as medidas de apoio social são também medidas de destaque, a nível de infraestruturas destacou o investimento feito na rede de água e saneamento, e por último destacou o nível de adaptação às alterações climáticas, que é outra medida de grande alcance, neste Orçamento, e disse que era também relevante, a manutenção do montante transferido anualmente para as Freguesias. Quis salientar um aspeto, que no seu entender, não poderia deixar de lamentar, no que concerne ao desenvolvimento económico e de apoio às empresas, para um período de 4 anos, esteja previsto somente 1,3 milhões de euros, dizendo que já por diversas vezes abordou esta temática, porque considera este assunto de extrema importância, porque isto representa cerca de 0,5% do valor global, e a componente da receita mais importante que temos no nosso Concelho, é o IMT, cerca de 30% do Orçamento Anual, ou seja é a nossa força financeira, não devemos esquecer que esta receita está ligada ao setor imobiliário e turístico, e é a grande dinâmica deste Concelho do ponto de vista da economia, da saúde financeira, da economia local, sendo assim, temos que estar atentos e dar condições de funcionamento às empresas que funcionam, ou operam, em toda esta área imobiliária e turística, porque se queremos ter sustentabilidade na receita do IMT, e que ela aumente, conforme está previsto para os próximos anos, há que garantir que efetivamente continuamos com condições de sustentabilidade da economia local, e que 0,5% não é suficiente para projetos que é preciso desenvolver, nomeadamente no interior do Concelho. Relativamente ao Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Turística, disse que concorda com o mesmo, mas que tem que se encontrar um modelo de promoção turística, que tem que ser consagrada, ou seja, se a verba não vier daí, terá que vir de outro lado. Referiu também que viu com a satisfação a consagração da construção do Parque de Estacionamento de Quarteira, um assunto de vital importância, mas viu com desagrado que ainda não foi consagrada a construção do Parque de Estacionamento de Vilamoura, que tem exatamente o mesmo problema no verão, que Quarteira, e que no seu entender a CML tem que ver, e assumir de vez, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

avancar com a construção de um grande Parque de Estacionamento em Vilamoura.-----

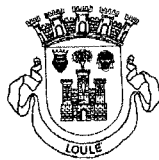
De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por agradecer ao Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, pela exposição feita sobre este orçamento de 2018, e antes de passar para a análise do mesmo, quis ressaltar algumas breves notas, começando por dizer que o orçamento para o Município será uma das peças mais fundamentais, e que é ele que define os critérios políticos, económicos e sociais, para o Município no próximo ano, e o impacto que isso terá na vida dos cidadãos, e no seu entender este orçamento tem um carácter bastante redistributivo, e mantém um carácter pouco multiplicativo e isso é o que o torna um pouco preocupante. Nesse sentido, e fazendo uma análise do mesmo, disse que verifica-se uma redistribuição de rendimentos, quer com o fornecimento de manuais, com o regulamento de apoio solidário, com o pacote fiscal, medidas aplaudidas, que permitirá a redistribuição da riqueza, e aumento do rendimento disponível das famílias. Quanto às Grandes Opções do Plano, referiu que verifica-se algum desapontamento relativamente aos investimentos necessários para o desenvolvimento das Freguesias, não é feito de forma harmoniosa, entre o litoral e o interior, e dentro do interior também não existe harmonia entre Freguesias, e que se verifica, que as mais beneficiadas são as Freguesias lideradas pelo Executivo Socialista, o que a Bancada do PSD não acolhe com agrado. Disse também, que a Bancada do PSD vê com alguma reserva as propostas referentes à Circular Norte, pois considera redutor que a mesma seja feita apenas com 2 faixas, como foi já anunciado, porque pela evolução do parque automóvel, aumentará o fluxo de tráfego, e se o trânsito for efetivamente desviado do centro da cidade, as duas faixas poderão fazer com que o investimento que foi feito pela Autarquia, nesta via, terá sido em vão, dando o exemplo da Av.ª Sá Carneiro, em Quarteira, há 15 anos atrás quando foi construída, pelo Dr. Mendes Bota, toda a gente dizia que era uma obra imensurável, mas neste momento para as pessoas que moram lá, consideram a mesma ajustada e que até deveria ser maior, como a nossa marginal principal de Loulé, aconteceu o mesmo, e na nossa principal Avenida José da Costa Mealha, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001



altura parecia uma obra faraónica e hoje vemos que está estrangulada, não há sítios para passar, para estacionar, porque tem apenas 1 via, ou seja, este sentimento redutor, pouco prospetivista do futuro, não beneficia dos fundos públicos e não beneficia os cidadãos e as empresas. Em termos de receita, disse que se verifica, comparativamente ao ano de 2017, o orçamento de 2018 tem uma redução de 3,5 milhões de euros, que representa na realidade um decréscimo de 3,5%, originado pela redução do IMI, pela redução dos 2,5% da taxa variável do IRS e ainda das receitas comunitárias, fruto das candidaturas que irão ser feitas em rede de saneamento de água, obviamente feitas através de opções políticas, que Executivo terminou. A nível de despesa, referiu que verificou com alguma preocupação, a despesa com o pessoal da Autarquia, que aumenta cerca de 6,2%, no valor de 1,7 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, e atendendo ao carácter rígido estrutural da despesa com pessoal, este carácter rígido da despesa pode imprimir uma conjuntura estrutural económica desfavorável, especialmente quando a fonte de rendimentos, ou a fonte dos proveitos da CML, depende cerca de 30%, exclusivamente do IMT, sendo esta receita elástica, ou seja que pode passar entre os 10 milhões de euros, e os 40 milhões de euros, uma opção de aumentar a rigidez da estrutura de custos fixos, poderá ser uma medida não aplaudida, e que no futuro poderá trazer algumas preocupações. Referiu também que, relativamente às despesas com capital, normalmente investimentos que implicam um fator multiplicador, vê reforçado o seu valor neste orçamento de 2018, na quantia de 53 milhões de euros, o que representa um aumento astronómico de 37%, comparado com o de 2017, obviamente justificado com a incorporação do saldo de gerência, e sabendo da importância que esta rubrica, pode imprimir quer no tecido social e económico do Município, a Bancada do PSD vê com algum ceticismo este aumento, porque a linha tendencial que vinha correndo desde o ano de 2014 até 2017, era uma linha negativa, dado que em 2014, apontou-se para uma despesa de capital de 39 milhões de euros, e chegámos a 2017 com 34 milhões de euros, uma redução de 13,4%, obviamente que será de aplaudir esta medida, mas aguarda-se com alguma expectativa, ceticismo, e algum controle, que irá ser monitorizado, para ver se efetivamente a capacidade de concretização destes valores são na realidade, ajustados à sua realidade. Concluindo, disse que o valor deste orçamento de 2018, será de 100



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

milhões de euros, mais as reservas que obviamente serão incorporadas do saldo de gerência, que perfaz um valor total de 125 milhões de euros, e se forem analisados os saldos de gerência dos anos anteriores, entre 2014 a 2017, tem havido um saldo excedentário, alertando para esse facto e para o princípio da prudência, vertido na alínea f), do ponto n.º 3.2, do Decreto de Lei n.º 54/A/99, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ou seja, esta situação poderá querer indicar que estamos a arrecadar mais receitas, do que aquelas necessárias, para fazer face aos custos, querendo dizer que, pode-se estar a extrair dos munícipes e das empresas, mais dinheiro do que este Município precisa, para fazer face aos custos, e neste sentido, a Bancada do PSD considera imperativo, a uma maior devolução de rendimentos, aos munícipes e às empresas. Como? Obviamente, aliviando as taxas municipais, taxas sobre a ocupação da via pública, taxas de estacionamento, entre outras, e baixar os impostos sobre as empresas, sobre as famílias, para haver na realidade um maior rendimento disponível e que se possa aumentar o consumo, e nesse sentido, disse que a Bancada do PSD trazia a esta Assembleia, uma proposta de recomendação de alteração ao orçamento, e passou a citá-la *"Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a Bancada do Partido Social Democrata (PSD), apresentar a seguinte proposta de recomendação de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018. Recorrentemente, os nossos concidadãos e empresários da zona de Vilamoura, reclamam do estacionamento tarifado, no período entre 1 de Outubro e 30 de Abril, concretamente, entre a Avenida da Marina e a Avenida do Tivoli, afirmando que este obtém o seu propósito nos meses de Maio a Setembro, ou seja, de disciplinar o estacionamento, mas que no período inverso, entre 1 de Outubro e 30 de Abril, tal não se justifica. Argumentam que os parques estão sempre vazios, fora da época estival, dando um sinal desolador, e sobretudo, que afasta os potenciais clientes locais, devido ao elevado valor de estacionamento. Neste sentido, e atendendo ao valor superavitário que a Câmara Municipal de Loulé vem apresentando anualmente, arrecadando mais impostos do que necessita, face aos seus custos, seria oportuno este Executivo, analisar a possibilidade de eliminar ou isentar, entre o período de 1 de Outubro a 30 de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

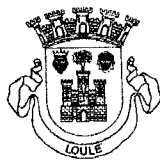
Código Postal 8104-001

[Handwritten signatures]

Abril de cada ano, o estacionamento tarifado na área supra indicada".-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que começou por dizer que este era mais um orçamento e que todos os anos há um orçamento, como tal, todos os anos há coisas para dizer, mas que este orçamento o que tem de novo, é o facto de ser transparente, porque depois de se andar a solicitar, durante muito tempo, que se acabassem com as rubricas dos "outros e outras", e que anualmente, tinham cerca de 30% do orçamento, escondido nessas rubricas, mas neste, houve quase o esbatimento dessas rubricas agregadas. Disse ainda que, o modelo de monitorização da evolução do IMT, é uma das propostas do Senhor Vice-Presidente, e espera que ele obtenha sucesso nelas, porque na realidade, isso evitaria as situações geradas pela generalidade dos Municípios, incluindo o nosso. Referiu também, que esta proposta orçamental evidencia algumas medidas, uma clara opção de recursos humanos próprios da Câmara em vez de outsourcing, a preocupação com o controle das despesas, especialmente aquelas que evidenciaram crescimentos significativos nos últimos anos, nomeadamente, na área da aquisição de serviços, e a novidade do orçamento, é que tem um extenso dossier sobre os recursos humanos da CML, coisa a que esta Assembleia nunca teve direito a ter acesso, e esse dossier merece ser lido, porque especifica onde é que estão os postos de trabalho ocupados na Câmara, bem como aqueles que estão vagos ou cativos, e no seu entender, só por este dossier sobre o quadro de pessoal, este orçamento merece ser elogiado e solicitou ao Executivo que posteriormente fosse divulgado por todos os membros da Assembleia Municipal, a apresentação em PowerPoint, do Orçamento, feita pelo Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão. Quanto à taxa do imposto turístico, disse que inicialmente irá haver uma grande rejeição, como tal, esta situação terá de ser muito bem trabalhada e muito bem explicada.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que registou com agrado o reconhecimento do Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, pelo facto de não ter convidado a Oposição, na altura em que deveria ter sido convidada, e que de futuro, assumiu o compromisso de que tal não voltará a acontecer. De seguida, elogiou a apresentação do orçamento, e do método



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

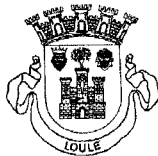
utilizado para a apresentação do referido documento, muito melhor que os dos anos anteriores, mais fácil de compreender, de leitura, e mais transparente. Disse também que, a Bancada do BE registou com agrado que as propostas efetuadas, no âmbito das reuniões ocorridas com os partidos, estão a ser estudadas, e que algumas terão acolhimento, na revisão do orçamento a ser feita em Fevereiro de 2018, referindo que efetivamente a Bancada do BE, enviou um documento ao Senhor Vice-Presidente, explicando aquilo que gostariam que antecederesse a elaboração de um Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente, com base naquilo que já foi dito nesta Assembleia, que é a realização do compromisso eleitoral, de acolher as reclamações e sugestões recebidas, e em relação a isso, há um grande capítulo de infraestruturas que são assumidas neste orçamento para o ano de 2018, também o impacto do Orçamento do Estado na atividade do Município e Freguesias, quer em termos de investimentos públicos, quer em termos de fundos e verbas transferidas, também o de haver uma audição pública com a população, setores empresariais, coletividades sociais do Concelho, para explicar os objetivos, a audição prévia da Oposição, e neste sentido a Bancada do BE, remeteu ao Executivo, uma série de rúbricas, entre elas, a transparência dos atos administrativos, particularmente na rúbrica dos Eventos, onde deveria ser discriminado, as principais rúbricas que a CML desenvolve nesta matéria, como o Carnaval, Festival MED, Noite Branca, Salir do Tempo, e outros, e que essas verbas constassem no orçamento, outra sobre o esclarecimento das verbas do que é o definido e o indefinido, que acontece muito nos compromissos plurianuais, o que leva a que o indefinido está mesmo indefinido, parece ser um saco onde se tira e põe dinheiro sem definições, também em relação à Ação Social, disse que também já haviam insistido com o Vereador que tem este Pelouro, porque quando se olha para aquela rúbrica da Ação Social, está lá uma verba insignificante, no entanto, se formos analisar no conjunto, verifica-se que as verbas são realmente mais elevadas, e como tal, a Bancada do BE, considera, caso seja possível, que fossem encaixadas todas as rúbricas referentes ao Apoio Social, na rúbrica da Ação Social, dando o exemplo dos subsídios, cabazes de natal, Loulé Solidário, manuais escolares, etc., que deveriam ser encaixadas numa rúbrica própria, da Ação Social.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Quanto às obras, disse que no orçamento constam sempre muitas obras, e de um modo geral as obras, transferem-se de orçamentos para orçamentos, e algumas até se eternizam e as verbas estão lá, e o que interessa, é priorizar o que se vai fazer em cada ano, e haver uma responsabilidade política e dizer que este ano vão fazer-se x obras, e assim sabia-se previamente, as que iriam ser executadas. Relativamente às Funções Sociais, constatou que não havia neste orçamento, nada de verbas, que aumente a rede de equipamentos sociais, destinados à infância, creches e infantários, e a idosos, lares e centros de dia, pelo que deixou ao Executivo, um repto de construção destes equipamentos nas Freguesias de Quarteira, Almancil e Loulé, a construção ou aquisição de um imóvel, para alojar os sem-abrigo de Quarteira. Disse ainda que, o Orçamento Participativo é uma boa iniciativa e terá de continuar, e que assumindo, que neste ano de 2018 todas as operações aprovadas dos Orçamentos Participativos, sejam concluídas, porque não faz sentido, haver propostas de 2015, 2016 e ainda não estarem concluídas. Quanto às Freguesias do Interior, continua-se a verificar a desertificação, e a Bancada do BE propõe a criação de uma Unidade de Mediação para o Estudo e Apresentação de Propostas e Projetos realizáveis no interior do Concelho. Na área do Ambiente, disse que há muito pouco que mostre vontades, pois deveria ser apresentado um programa de renovação progressiva do parque automóvel municipal, por uma frota de automóveis elétricos, e autocarros menos poluentes, devia-se apostar mais nos equipamentos de energias renováveis, porque as verbas que constam neste orçamento, são irrisórias, bem como na construção de ciclovias. Na área da Habitação Social, disse que existe um conjunto novo de intenções, mas que depois na prática, no final do mandato, muito pouco haverá para apresentar, pois é necessário apresentar um programa credível, com distribuição por Freguesias, saber quantos fogos estão previstos fazer para este mandato, porque não quantificado nem está calendarizado, e a Assembleia Municipal precisa de ter conhecimento, porque não basta colocar no orçamento aquisição de terrenos para habitação social, mas onde? Referiu que Quarteira e Almancil vão ser dotados de grandes equipamentos, pois parece que Quarteira precisa de um Centro de Cultura, e Almancil ainda mais, um Mercado e parques de estacionamento para Quarteira são evidentes, mas disse que neste orçamento aparece um conjunto de Pavilhões, Polivalente e de Multiusos para Quarteira, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

no seu entender é um exagero, porque são apostas de Pavilhões a mais. As Piscinas de Almancil, também são uma necessidade, e deveriam ser contempladas na próxima revisão. No que respeita ao Desenvolvimento Económico, o valor contemplado neste orçamento é realmente, irrisório. Referiu também, que a Bancada do BE tem a noção, que neste Concelho de Loulé, existem 4 Planos Pormenor, aprovados, eficazes, ou seja, existe o Plano de Boliqueime, que foi aprovado pelo anterior Executivo, de interesse inter-regional, existe outro em Almancil, outro nos Caligos/Esteval, outro Loulé Sul, todos eles aprovados, mas existe também a necessidade do prolongamento da Zona Industrial de Loulé, e quanto a isso, a proposta que o BE, como não há dinheiro para tudo, é preciso avançar no faseamento das obras de infraestruturação, por prioridades, porque não é possível avançar com todos, mas a Câmara tem que definir, verbas para avançar com um deles, pois a Câmara tem que demonstrar interesse em avançar com alguns planos, senão isto morre, e na próxima Revisão do PDM, acaba-se com eles, porque não podem estar a privar os donos dos terrenos de uma coisa que não vai ser feita, pelo que, há necessidade das pessoas saberem a verdade e decidirem. Quanto às promessas de Saneamento e Águas, disse que espera que desta vez sejam cumpridas, porque realmente há locais onde não se compreende, em plena zona do litoral, não terem saneamento em condições.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato João, que começou por felicitar o Senhor Vice-Presidente pela apresentação deste Orçamento em *Powerpoint*, dizendo que esta forma que também tem nas suas Assembleias de Freguesia, e que é muito eficaz. Disse que após a análise que fez do documento, concluiu que existem dados de carácter financeiro que são positivos para a Freguesia que representa, quer na ampliação do saneamento, conforme está demonstrado, quer na substituição da rede de distribuição de água, e ainda nos apoios e valores a transferir às Juntas de Freguesia. Também a nível da descentralização de competências, acompanhadas dos meios financeiros e logísticos, disse que aguarda com alguma expectativa, pois os mesmos deverão permitir uma gestão melhor do espaço municipal. Contudo, disse que iria aguardar, para ver estes sinais, ou intenções expressas nas Grandes Opções do Plano, já que nestes últimos anos de mandato, não teve o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

privilégio de ver a sua Freguesia, contemplada com um valor superior a 200.000 euros, constaram 500.000 euros para o reservatório de água, que neste ano foi reduzido para 255.000 euros, e apesar de todos saberem que o Orçamento é uma previsão, um conjunto de intenções, aguarda com expectativa, que estas intenções passem a realidade, e uma vez que o fator financeiro não será problema, que não hajam outras razões, e que o Executivo encontre os Técnicos para a sua execução, já que foi mencionado nesta Assembleia, que iria haver um aumento de Recursos Humanos na ordem de 6%, e já que todos os investimentos têm vindo a ser adiados, e que vão atrasando o desenvolvimento do interior da Freguesia de Salir.-----

Também foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referindo que desde que o Partido Socialista venceu as eleições em 2013, que o Executivo Camarário, pôs as contas da Câmara Municipal, em ordem, não procedendo a cortes nas pessoas e nos equipamentos, dignificando a qualidade de vida dos nossos munícipes, pelo que, saudou tanto o anterior Executivo PS, como o atual Executivo PS, liderados pelo Senhor Presidente Vítor Aleixo, que teve o especial cuidado, de proceder ao equilíbrio financeiro, dignificando a qualidade de vida das pessoas. Saudou também a iniciativa, deste Governo Local, da criação deste Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Turística, porque nos tempos que se vivem, é importantíssimo ter um fundo de maneiio, para eventualidades climáticas que possam vir a surgir. Voltou a saudar também, o fim da Derrama, que o IMI do Concelho de Loulé seja o mais baixo possível, os investimentos na Educação, na Solidariedade Social, nos Equipamentos Municipais, e nas Obras Municipais. Quanto à preocupação manifestada pelo Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), da despesa com o pessoal camarário, disse que isso é uma prova da diferença que existe entre as duas Bancadas PS e PSD, porque a do PS, preocupa-se com as pessoas, e com os trabalhadores, e a do PSD, preocupa-se com o capital, e em termos ideológicos defende uma doutrina neoliberal, e que não será uma preocupação com as pessoas e com o ambiente e muito menos com a justiça social.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para colocar duas questões ao Executivo, uma relativamente à causa animal, dizendo que era necessário implementar campanhas de esterilização dos animais de estimação, aliás porque foi aprovado no Orçamento de Estado, uma verba para os Municípios, e é preciso avançar com um projeto para a construção de um novo Canil Municipal, porque o atual não cumpre a legislação em vigor, e os Canis que atualmente existem no Concelho, não têm capacidade para receberem mais animais, e em relação à outra questão, a da Circular de Loulé, a parte Norte a CML assumiu essa responsabilidade e dá o dinheiro, no entanto, no orçamento não consta nada sobre o fecho da Circular Sul, e essa é uma obrigação municipal, e não há verbas destinadas para esse fim, enquanto que, para a Circular Norte, estão dotados 5,4 milhões de euros, que era uma obrigação do Governo, mas que a Câmara Municipal assumiu, sendo que, é necessário criar uma alternativa à solução do fecho da Circular Sul, que estava previsto através da Rotunda da Goncinha, até à Rotunda dos Bombeiros, por outra alternativa, talvez mais barata e mais fácil de fazer, que é entre a Rotunda em frente à Fonte da Pipa e a Rotunda dos Bombeiros. Relativamente à Taxa Turística, referiu que se trata de uma intenção do Executivo, porque ainda não existe, não está regulamentada, e só será aplicada em 2019, embora neste orçamento já venha uma verba específica, para um determinado Fundo, mas Taxa Turística, não está nada contemplado, nem de receitas, nem está esclarecido como é que isto se procede, como tal, o BE considera, para já esta medida como uma intenção do Executivo, aplaudida pela Bancada do BE, porque as infraestruturas construídas, estradas, etares, esgotos, abastecimento de águas, que são subdimensionadas para a altura do verão, terão que ser compensadas, e esta Taxa é uma forma de compensação para essas infraestruturas.-----

Pedi ainda a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que quis deixar uma nota de resposta ao que disse o Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), relativamente ao que disse sobre o Partido Social Democrata, sobre as pessoas, dizendo que na Matriz Social Democrata, está o "Social", tal como o Partido Socialista, e como tal, é uma preocupação tida pelo PSD, pois são um Partido Popular Democrata, e preocupam-se tanto com as pessoas, que aplaudem as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

medidas elencadas por este Executivo, nomeadamente, o Apoio Social, às refeições, aos manuais escolares, etc., porque o Partido Social Democrata, é um Partido com uma coerência e com um objetivo social, mas a grande diferença que existe entre o PS e o PSD, é que o PSD para além da componente social, tem também uma componente individual, que permite na realidade, um apoio à atividade privada, no sentido de que essa atividade privada possa gerar emprego, riqueza para que possa ser distribuída, não é o Estado que gera emprego, é a atividade privada, o Estado distribui dividendos, e distribui empregos, mas não, criação de riqueza, como tal, quem na realidade cria emprego, e gera condições para que as pessoas possam ter uma vida e uma condição melhor é na realidade a atividade privada, e esta é uma componente da Social Democracia que o Partido Socialista não tem. Nesse sentido, é imprudente o Partido Socialista dizer que o Partido Social Democrata não tem uma componente social, até porque apoiam as medidas aprovadas por este orçamento e por este Executivo, mas o PSD também tem outros pilares de apoio, porque considera que a riqueza e distribuição de riqueza, só pode ser feita se houver alguém que a crie, e para haver alguém para tal, é na realidade a atividade privada, as empresas é que fomentam emprego, contratam as pessoas, pagam impostos, e são esses impostos gerados pelas empresas privadas, que servem para pagar a Função Pública, e esta é a dura realidade, e é essa a Matriz do Partido Social Democrata, predominante social, mas personalista, humanista e em que o indivíduo, tem a capacidade geradora de riqueza, para que possamos todos viver um pouco melhor.-----

Também usou da palavra o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, que começou por elogiar este orçamento, dizendo que era um orçamento bastante inteligente, contudo, disse que no entender faltava uma questão de equilíbrio quanto às questões do interior do Concelho, pois sendo um Deputado do interior, não podia deixar de dar uma palavra nesse sentido, e que gostaria de ver de uma forma mais explícita, alguns investimentos que fossem de encontro à criação de mais emprego, e evitar a desertificação do interior, concretamente, na Freguesia do Ameixial, em que gostaria de ver mais medidas, e projetos de investimento concretizados, para não se perder o interior do Concelho, e de reter as populações que lá vivem, tanto a nível de emprego, como a nível de fixação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

pessoas.-----

De seguida, voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que em resposta ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, disse que as palavras ditas não correspondem à realidade, e questionou a Bancada do PSD, sobre o motivo da abstenção, relativamente à votação do Regulamento Loulé Solidário. Referiu que na verdade o PSD não é um Partido Social Democrata, mas sim, um Partido Neoliberal, e que se abstém em questões sociais.-----

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que referindo-se à última intervenção do Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, disse que esta estava fora do contexto porque se está a debater a proposta do Orçamento e o Senhor **Deputado do PS**, repetidamente e reiteradamente, fala de assuntos que não têm nada a ver nem relevam esta discussão, o que na realidade, até é redutor para esta discussão, e em nada contribui para a democraticidade desta Assembleia, e até porque as propostas que foram a votação, são passado, e obviamente que o PSD tem uma posição sobre certos assuntos, diferente da posição do PS, mas referindo-se à votação mencionada pelo Senhor **Deputado do PS**, disse que uma abstenção não é um voto contra.-----

Também foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que começou por dizer, que pensava estar numa Assembleia Municipal, responsável e equilibrada, mas por aquilo que consta e se vê, parece ser uma Assembleia da IURD ou de uma outra seita religiosa, mas referindo-se à intervenção do Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, disse que em relação ao orçamento e à parte social, nenhum Executivo Socialista, nem nenhum **Deputado da Bancada do PS**, pode dar lições de moral, relativamente ao conceito do que é social, porque da Bancada do PSD levam 10 a 0 (dez a zero) sobre essa matéria, porque o PSD tem historial, e disse ainda que cerca de 95% do Orçamento de Estado é proveniente de taxas e impostos, e quem paga impostos e taxas são empresas, singulares ou coletivas, pois o Estado não paga IMI, nem outras taxas, e esta comparação é feita para que se faça uma reflexão, porque no seu entender, este orçamento tem uma vertente positiva, porque é retomado um



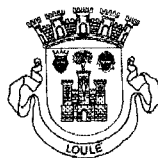
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

investimento num ano, do que não foi feito em quatro anos, e se o Executivo conseguir isso, é algo positivo, e tira o chapéu ao Executivo, mas por outro lado, considera este orçamento, um pouco desequilibrado, porque basta ver as verbas atribuídas a sul da EN125 e a norte da EN125, e por outro lado, também as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia do PSD, são maltratadas, o que é de lamentar, e devem ser corrigidas nas alterações posteriores, que vierem a ser consideradas, a este orçamento.-----

Foi também concedida a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que começou por congratular o Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, pela apresentação feita desta proposta, que no seu entender foi muito clara, o que é muito importante, e em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), disse que mostrou muita preocupação em definir as diferenças que existiam entre o Partido do PS e o Partido do PSD, o que no seu entender, este não era o momento indicado para o fazer, porque está a ser discutido nesta Sessão, um orçamento, e quem acaba por perder são os Louletanos, porque estas diferenças entre Partidos, não lhes interessa, pois o que lhes interessa, é o debate sobre este orçamento, e de que forma é que isso vai ajudá-los a melhorar o nosso Concelho, e como jovem, tal como o Senhor Deputado Abel Matinhos, há de facto algumas questões que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente, a de uma verba, que corresponde a uma aquisição de terrenos, e a dúvida que coloca, é se este Executivo tem em mente, ou pondera criar, lotes, e vender esses lotes, mais no interior do Concelho de Loulé, para evitar a desertificação e para apoiar jovens casais que queiram estabilizar-se e ficar no Concelho de Loulé, mais na zona do interior, e como tal, gostaria de saber se existe alguma proposta do Executivo nesse sentido, ajudando na venda de lotes a preços mais baixos, o que daria duas mais-valias, apoiar jovens casais e evitar a desertificação do interior.-

Para responder a algumas questões suscitadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra ao Senhor **Vereador Abilio Sousa**, que relativamente às questões das obras, disse que neste orçamento, existiu a tentativa de equilibrar o máximo possível a distribuição de obras pelas Freguesias, mas como devem compreender, existem Freguesias, pela receita que geram para o Concelho, têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

um investimento muito superior às do interior, mas de qualquer forma, o interior nunca ficará desfavorecido, o que acontece é que por vezes há rúbricas, que são genéricas, e tudo aquilo que se tentou identificar como obras, são aquelas acima dos 200.000 euros, no entanto, este Executivo manteve o reforço às Juntas de Freguesia, como já tinha sido feito no mandato anterior, e existe também por parte do Executivo, a preocupação com a floresta no interior do Concelho, em termos de limpeza dos caminhos e acessos, para que os acessos possam estar em condições em casos de necessidade, através dos protocolos que tem tido com as Juntas de Freguesia e com as Associações de Caça.-----

-Em relação ao assunto do Canil Municipal, este Executivo já fez muito, houve uma grande evolução ao longo destes últimos 4 anos, como o Regulamento, que não existia, as obras de melhoramento que foram feitas, contudo, surgiu outro problema, o de falta de espaço, derivado do número atual de animais, bastante elevado, que provocam ruído e que incomoda a vizinhança na sua envolvência. Este Executivo tem tentado procurar um terreno com condições, para que se possa criar um novo Canil, que não perturbe a população, mas tem sido difícil com o atual PDM, no entanto, a CML fez a aquisição de uma viatura para fazer a recolha dos animais, com mais dignidade, em breve irá haver mais um veterinário, para que se possam promover campanhas de esterilização, e é uma garantia que no ano de 2018 se irão fazer esterilizações, e está-se a fazer o possível para que os animais sejam mais bem cuidados, e não estejam propícios ao abandono.-----

De seguida para responder a outras questões levantadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que relativamente às questões sobre a vertente ambiental, disse que gostaria de abordar 3 questões, começando por falar da questão suscitada pelo Senhor Deputado Carlos Martins, sobre a aquisição de viaturas por parte do Município, disse que muito em breve, no início do ano de 2018, será remetido um despacho aos Serviços Camarários, para que todas as aquisições de viaturas tenham que ser obrigatoriamente elétricas ou híbridas, salvo as exceções que não pode ter essas características, e essa é uma preocupação que está premente e terá frutos já nas próximas aquisições que o Município irá fazer.-----



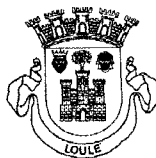
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Sobre a questão das ciclovias, disse que, a ciclovia bidirecional, que irá localizar-se entre a Avenida Laginha Serafim e a Rua Ascensão Guimarães, na cidade de Loulé, irá arrancar muito em breve, e será mais uma vertente na mobilidade suave da cidade, e referiu ainda que, nos últimos 4 anos, no Concelho de Loulé, nomeadamente em Vale de Lobo, foram construídos 12 quilómetros de ciclovia.---

Também para responder às questões suscitadas pelos Senhores Deputados, de carater financeiro, foi concedida a palavra ao Senhor Vice-Presidente, **Pedro Pimpão**, que começou por falar da problemática levantada pelo Senhor Deputado Calçada Correia (PS), que é um desafio para o Município de Loulé, que é de facto o desenvolvimento económico e o apoio às empresas nesta matéria. Como tal, foi feita referência, já no último parágrafo do relatório, a introdução e aplicação da constituição de uma Associação, que ainda está a ser refletida, na ótica do turismo e do investimento para o Concelho, e ainda estão a ser estudados os seus moldes, se será uma Associação de interesse público, mas da qual não pode adiantar mais, porque é um assunto que se encontra em reflexão, demonstrando que existe por parte do Executivo, uma atenção durante o ano de 2018, a este assunto.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), disse que apesar de existir a aprovação do pacote fiscal por parte desta Assembleia, em 30 de Novembro, por uma questão de rigor e projeção, nunca se pode construir um orçamento sem ter como base, todas as políticas fiscais adotadas pelo Executivo, por uma questão de seriedade e honestidade intelectual e política, deve ser introduzida esta matéria, sempre, este enquadramento tem que ser feito, e vai assim ser durante este mandato.-----

Relativamente às despesas com o pessoal, como foi referido na apresentação, é assumido por este Executivo, e na doutrina do Partido Socialista, que de facto o investimento nas pessoas e a capacidade de dotarmos a Administração Pública dos melhores profissionais, continua e vai continuar a ser, um dos principais eixos, porque as necessidades são permanentes, na Educação é evidente, e como tal, há uma forte aposta na Educação e na integração de pessoal relacionado com as Escolas, e outra questão relacionada com o pessoal, tem a ver com o combate à precariedade laboral, porque muitas das pessoas que vão integrar os quadros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Câmara Municipal, também advêm de uma situação precária, o que provoca má qualidade de vida, insuficiência quer na constituição das famílias, quer no bom equilíbrio do estado psicológico das mesmas.-----

Sobre a questão do equilíbrio orçamental, disse que este é referido por lei, e se quiséssemos dizer que a CML tem verbas a mais, teríamos que mudar a lei, porque a regra do equilíbrio orçamental está na Lei n.º 73/2013 e está referido no relatório. Sobre o efeito multiplicativo da economia, e neste caso na parte do orçamento, foi muito bem dito pelo Senhor Deputado, o efeito multiplicativo cabe depois ao privado, quem faz a redistribuição e quem faz as políticas que lançam essa multiplicação, é de facto a Administração Pública, na ótica do Partido Socialista, e na ótica deste Executivo, a multiplicação será feita depois pelo setor empresarial e o setor privado, por isso é que se fala tanto em redistribuição sustentável fiscal, porque é este que deverá ser o nosso papel nos próximos anos.-----

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Fernando Santos (PS), sobre a questão dos mapas de apresentação deste Powerpoint, disse que a partir do momento em que é apresentado aqui o orçamento, ele é tornado público, e um documento que é tornado público, claramente que deve ser distribuído aos Senhores Deputados Municipais.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), disse que o modelo que foi constituído no orçamento, relativamente às verbas distribuídas às Freguesias, segue o modelo de dotação, quer ao nível da população, quer ao nível do território, aliás a Freguesia que mais perde com isto, curiosamente é uma Freguesia do PS, que é a Freguesia de Boliqueime, porque tem menos população que as outras e depois porque tem menos território que as outras.-----

Sobre o orçamento desequilibrado, e a questão dos 125 milhões de euros, disse que, este é um orçamento que depois da integração dos 125 milhões de euros em sede de saldo, depois da revisão irá ser discutido nesta Assembleia, porque não pode fazer um orçamento retificativo, revisto, porque aqui está a ser apresentado um orçamento, e a sua base, depois será revisto em Fevereiro de 2018, e como tal vai haver essa integração do saldo, por obrigação da lei, e depois será discutido nesta Assembleia, a revisão e os contributos e sugestões, que entretanto todos os Deputados e todos os Partidos Políticos têm feito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

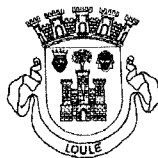
Respondendo à Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), sobre a questão da aquisição de terrenos, esta aquisição de terrenos é de facto um sinal que é dado na questão da política municipal de habitação, este Executivo vai ter que ter também uma estratégia municipal de habitação, referiu que nas reuniões tidas com o Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Deodato João, foi indicado e a CML também estava com essa informação na sua posse, que existe um conjunto de lotes que estarão vagos e será uma forma de incentivo ao interior e que de certeza que na análise deste Executivo, irá ser feito o diagnóstico e tudo aquilo que é estratégia de combate à desertificação, como de incentivo à habitação jovem, será discutido, assim que termine o período de discussão pública do pacote do Governo.-----

Quanto ao conjunto de matérias referidas pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que já foram explanadas pelos colegas de Vereação, referiu que ficaram agradados pela colaboração e contributos dados pelo Bloco de Esquerda, que irão ser analisados, aprofundados e refletidos até à revisão orçamental.-----

Terminadas todas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de seguida à votação da mesma:-----

b)- Proposta 53/2017- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro conjugado com o n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3217-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 7 abstenções do PSD.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que o PSD iria apresentar uma Declaração de Voto, que fará parte integrante da Ata desta Sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que fará chegar à Mesa, uma Declaração de Voto, que fará igualmente parte integrante da Ata desta Sessão.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato à proposta seguinte:-----

c)- **Proposta 54/2017- Deliberação** relativa aos **Compromissos Plurianuais - Ano 2018**, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, é competência da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, ou seja, os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, estabelece que a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 3217-2017**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre esta proposta, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que solicitou informação ao Executivo sobre o Projeto do Nó Intermodal, e do Terminal Rodoviário, onde é que vai ser feito? Porque está prevista uma verba apreciável de cerca de 5,5 milhões de euros, para esta obra a desenvolver até ao final do mandato. Também em relação às obras que são feitas em Vilamoura, 2.4.6, 32, 33, 34, 35 e 36, que totalizam cerca de 10 milhões de euros ou mais, e que gostaria de saber, se estas obras são lançadas em concursos abertos, formalizados através dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, ou são delegadas competências na Empresa Municipal INFRAMOURA? E se existe participação da LUSOTUR nestas obras, qual o valor? Para estas obras mencionadas neste plano de 4 anos, na requalificação do Centro Tivoli, do Centro de Comércio e Serviços de Vilamoura, requalificação da Rua do Sol, requalificação do Clube Náutico e requalificação da Alameda da Praia da Marina.-----

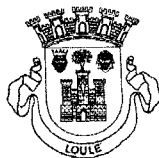


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Para esclarecer estas questões, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por falar do **Nó Intermodal**, dizendo que corresponde a um estudo que a **CML** dispõe e que procura dar uso a um investimento que foi feito há muito tempo a propósito do **Euro 2004**, em que houve um investimento na **Estação do Esteval**, e a **Câmara Municipal** entendeu que se deve potenciar aquele investimento e aquela estação ferroviária, como numa filosofia intermodal, querendo isto dizer que, associado a um investimento nessa estação, haverá também um investimento de ligação rodoviária entre **Loulé** e o **Aeroporto**, passando pelo **IKEA**, **Estação do Esteval** e **Universidade do Algarve**. Há um estudo neste sentido, que permitirá reforçar a ligação deste **Eixo Loulé/Faro** e rentabilizar o investimento que está praticamente numa situação de não utilização pública, e possibilitará também que de todo o **Algarve** se possa deslocar para a **Universidade**, para o **IKEA** e para aquela zona comercial.-----

Relativamente às questões de **Vilamoura**, disse que será a **Câmara Municipal** que irá lançar essas obras, há muitos projetos e fase de conclusão e outros quase completamente concluídos, para se poder lançar um pacote interessante de obras na zona central de **Vilamoura**, no sentido de continuar a requalificação feita, no chamado **anel de Vilamoura**, e agora dentro da mesma filosofia, iria-se aumentar, significativamente, esse investimento. Está-se a falar da **Avenida Tivoli**, da 2.ª fase do **Passeio das Dunas**, da **Rua do Sol**, da **Rua do Clube Náutico**, que no fundo são um conjunto de projetos que estão a responder à necessidade de resolver problemas de **Vilamoura**, para que se consiga, naquele que já é o principal polo de atração turística, de qualidade excelente do nosso **Concelho**, possa não perder posição que ganhou e para que possa continuar a projetar-se nesse mesmo sentido. Referiu ainda, que há também em **Vilamoura**, infraestruturas muito antigas, que têm 30 anos, que estão em situação de perigo, e que não podem de forma alguma causar danos na imagem turística, e que devem ser prevenidos e evitados, como tal, é uma boa decisão da **CML**, avançar e concretizar estas obras nos próximos 4 anos.-----

Por fim, falou também de um projeto que ainda está em cima da mesa, a ser equacionado pelo **Executivo Municipal**, no sentido de executar obras profundas no atual **Terminal Rodoviário**, e aumentar a capacidade de estacionamento da cidade de **Loulé**, num número que rondará os 300 lugares de estacionamento, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

aquele Terminal Rodoviário tem problemas estruturais, e a cidade tem problemas de estacionamento numa área próxima do centro da cidade, e julga-se que se pode ali juntar o útil ao agradável, resolvendo problemas estruturais daquele Terminal Rodoviário e por baixo, em cave, fazer ali um grande parque de estacionamento, que a cidade de Loulé reclama. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que seria importante que a CML antes de iniciar as obras naquelas infraestruturas de Vilamoura, tentasse negociar com a EDP, porque as infraestruturas elétricas têm realmente 30 e tal anos, e estão a atingir o ponto máximo de segurança em termos de continuidade de serviço, pelo que chama a atenção da CML para que interligue as outras obras com as de renovação da infraestrutura elétrica daquela zona.-----

Pediú ainda a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, para informar que na próxima Sessão da Assembleia Municipal, iria apresentar um requerimento para saber qual é o ponto de situação do Plano de Vilamoura - 2.ª fase, do Plano de Vale do Lobo - 3.ª fase, e se há mais alguma coisa com a Quinta do Lago, porque desde de 2004 que supõe que não foram feitos investimentos no Plano de Vilamoura, e em 2004, esse Plano foi certificado pela CCDR, e se não houver informação concreta, irá requerer que seja o Revisor de Contas a fazer a análise disto, e saber o que é que efetivamente foi deixado para trás, nesses 3 Planos, principalmente em Vilamoura, na Quinta do Lago e Vale do Lobo.-----

De seguida usou a palavra a Senhora **Vereadora Ana Machado**, para responder ao Senhor Deputado Fernando Santos (PS), dizendo que o Executivo já tem as Listas de Espera do Pré-Escolar, e neste momento aguardam a disponibilidade dos Diretores dos Agrupamentos Escolares, para que se reúnam com o Executivo de forma a que, possa fazer-se, a não sobreposição dos dados.-----

Concluídas todas as intervenções referentes a esta proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a mesma a votação:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

c)- **Proposta 54/2017- Deliberação** relativa aos **Compromissos Plurianuais - Ano 2018**, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, é competência da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, ou seja, os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, estabelece que a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 3217-2017]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 9 abstenções do PSD.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à proposta seguinte, dizendo que não se tratava de uma deliberação, mas sim da apreciação de uma informação:-----

d)- **Proposta 55/2017- Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Loulé**, para efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece que o auditor externo remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município, informação sobre a respetiva situação económica e financeira; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 3222-2017]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para apresentar esta proposta, foi concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, Pedro Pimpão, que referiu que esta informação do Auditor foi considerada na formulação do orçamento, nomeadamente, a questão relacionada com as despesas com os Serviços.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para chamar a atenção do Executivo, que na folha 11, o ponto 4.9, devia estar incorreto porque as datas não deveriam ser 30 de Junho de 2016, nem 31 de Dezembro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

2016, mas sim 2017. E quanto ao ponto 4.10, alínea a), na folha 12, questionou se for considerado o desequilíbrio financeiro verificado nas Empresas Municipais, Loulé Global, Infralobo e Inframoura, gostaria de saber o significado desse desequilíbrio financeiro, querera dizer que estas empresas recebem menos, do que pagam de despesas?-----

Para responder a estas questões foi dada novamente a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, que disse que quanto à questão do desequilíbrio financeiro das Empresas Municipais referidas, estes dados são do 1.º semestre, e referiu que em relação à Inframoura e à Infralobo, no pico de verão, relacionado com a atividade turística, em termos de faturação, que advém da faturação da água e do consumo de água, extremamente elevado nessa altura, há uma recuperação, também em relação à Loulé Global, é no verão que se verifica o grande pico de faturação, por causa do estacionamento em Vale do Lobo e do estacionamento pago em Vilamoura, há igualmente uma recuperação, quanto à Infracinta, como tem uma população estável ao longo do ano, não se verifica um desequilíbrio financeiro.-----

Quanto à questão das datas, disse que era possível que houvesse um lapso e que iria confirmar essa informação mais ao pormenor.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia**, passou para a proposta seguinte:-----

e)- Proposta 56/2017- Deliberação relativa à Abertura do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Loulé - "Sophia de Mello Breyner Andresen", nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3212-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt).-----

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra à **Senhora Vereadora Heloísa Madeira**, que para clarificar esta situação, referiu que é a 2.ª vez que este pedido vem a esta Assembleia Municipal, uma vez que o Concurso anterior ficou deserto, por uma alteração na forma de ser lançado, deixou de ser por hasta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

pública, passou a ser por utilização da plataforma, que não é um meio muito "amigável", para este tipo de concessão, disse que esta proposta é um pedido de autorização, para fazer um novo Concurso, nos mesmos moldes do anterior, prestando na forte divulgação deste novo Concurso, para não ficar deserto, porque esta concessão é uma necessidade, deste equipamento de apoio à Biblioteca Municipal. Referiu ainda que, para além da autorização de abertura deste Concurso, pede-se também autorização para que a Câmara Municipal possa tomar todas as decisões subsequentes ao Concurso, até à data da celebração do contrato, e da minuta do contrato, que será remetida nessa altura, antes da assinatura, para a Assembleia Municipal, isto para encurtar muito caminho, e para evitar que venha cá a minuta a aprovação, pelo que se pede essa autorização.-----

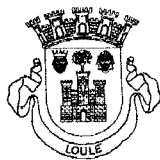
Não havendo intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação:-----

e)- **Proposta 56/2017- Deliberação relativa à Abertura do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Loulé - "Sophia de Mello Breyner Andresen", nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 3212-2017] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.**-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, passou à ultima proposta da Ordem de Trabalhos:-----

f)- **Proposta 57/2017- Deliberação relativa à Aprovação da Constituição da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, (aprovados em 3 de Agosto de 2015), nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos n.ºs 12.º e 74.º do Regimento da Assembleia Municipal;**-----

Sobre esta a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, disse que a Comissão da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, seja constituída



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

pelos membros da Comissão Permanente, podendo os mesmos, no caso dos representantes dos Grupos Municipais, poderem fazer-se substituir de acordo com o que for a deliberação de cada Grupo Municipal, e que o que se pretende e o que se procurará, é cumprir um prazo de sessenta dias para que essa Revisão seja presente a esta Assembleia, que deliberará em pleno, o novo Regimento.-----

Não havendo intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de imediato à sua votação:-----

f)- Proposta 57/2017- Deliberação relativa à Aprovação da Constituição da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, (aprovados em 3 de Agosto de 2015), nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos n.ºs 12.º e 74.º do Regimento da Assembleia Municipal; foi votada e aprovada por unanimidade.-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, pediu aos Senhores Deputados que aprovassem também que a minuta da Ata desta Sessão pudesse ser considerada aprovada, a fim de que, os documentos que aqui foram aprovados, possam ter eficácia. Antes de terminar a Sessão, desejou a todos os Senhores Deputados Municipais e aos Membros do Executivo, umas Boas Festas, um Natal Feliz, um Bom Ano de 2018. E nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1.ª SECRETÁRIA

A 2.ª SECRETÁRIA



Declaração de Voto

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018

A audição prévia aos partidos da oposição, está prevista na lei e em especial, em matérias referentes aos documentos referidos acima. O executivo municipal decidiu não o fazer e procedeu à aprovação da sua proposta sem a devida consulta, promovendo a sua divulgação pela comunicação social, sem ter salientado que o documento só será aplicável após a aprovação pela Assembleia Municipal.

Houve o reconhecimento do erro pelo executivo e o seu compromisso de que tal não voltaria a acontecer e por outro lado, registamos com agrado a apresentação deste novo modelo de Orçamento e GOP, de mais fácil análise e maior transparência.

A admissão da análise e acolhimento das várias sugestões e recomendações de alteração do orçamento pelo Bloco apresentadas, poderem ser contempladas na próxima revisão a acontecer no princípio do ano, é um bom princípio.

Todavia, quanto a nós, a aprovação pelo executivo camarário deste documento orientador e estratégico para o desenvolvimento sustentado do concelho, como seja o Orçamento e GAP para 2018, deveria ser antecipado duma análise rigorosa das reclamações/sugestões recebidas e constatadas no anterior mandato, nomeadamente o impacto do OE 2018 verbas e investimentos para o concelho; Audição da população, sectores empresariais, culturais, desportivos e sociais; assim como, dos partidos da oposição.

Neste Orçamento e GOP 2018, registamos com agrado que o enfoque das políticas prioritárias para o município, se centram e são coincidentes, com algumas das nossas preocupações, particularmente: Apoio às famílias, através da redução da carga fiscal e da melhoria das políticas sociais, atribuição de manuais escolares e Adaptação às alterações climáticas; a conclusão de Infra-estruturas básicas de Saneamento e Abastecimento de Águas há muito prometidas às populações;

Verificamos com alguma apreensão e desagrado a inexistência de propostas e investimentos para: funções sociais - aumento da rede de equipamentos para apoio à infância, idosos ou sem abrigo; investimento insuficiente nas medidas para minimizar as alterações climáticas, renovação da frota automóvel por carros eléctricos e autocarros a gaz. Montagem de sistemas de energia renovável e eficiência energética nos equipamentos municipais; Incentivo ao uso da bicicleta – construção de ciclovias; uma aposta muito insipiente na habitação social e reabilitação urbana.

Apesar dum orçamento desta monta para 2018 (quase 130 M€), é dotado de escassas verbas para as rubricas supracitadas, assim como, a sua distribuição não nos parece a mais equitativa, grande parte para o litoral e sede do concelho e muito pouco para o interior.

R

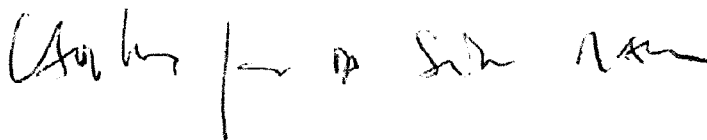
A desertificação e a promoção à fixação de pessoas e empresas nas freguesias do interior não está realmente equacionada neste Orçamento.

Precisamente por ter havido uma continuidade política, seria lógico que nos 2 primeiros anos deste novo ciclo, a maioria das obras em projecto estivessem em condições de serem concluídas nos primeiros anos, no entanto verifica-se a sua conclusão para o final do mandato 2017/2021.

Dado que consideramos como globalmente positivo as propostas contidas neste Orçamento e GOP, assim como o compromisso assumido de acolhimento de algumas das nossas propostas de alteração e recomendação na próxima revisão orçamental, votámos favoravelmente a proposta camarária de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2018

Loulé 15 de Dezembro de 2018

O deputado municipal do BLOCO DE ESQUERDA



(Carlos José da Silva Martins)



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nos termos do a aliena j) do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a bancada do Partido Social Democrata apresentar a seguinte proposta de recomendação de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2018.

Recorrentemente, os nossos concidadãos e empresários na zona de Vilamoura, reclamam do estacionamento tarifado no período entre 01 de outubro e 30 de Abril, concretamente entre a Avenida da Marina e a Avenida Tivoli, afirmando que este obtém o seu propósito nos meses de Maio a Setembro, ou seja de disciplinar o estacionamento, mas que no período inverso, tal não justifica.

Argumentam que os parques estão sempre vazios, fora da época estival, , dando um sinal desolador, e sobretudo que afasta os potenciais clientes locais, devido ao elevado valor do estacionamento.

Neste sentido, e atendendo ao valor superavitário que a Camara Municipal de Loulé vem apresentando anualmente, seria oportuno analisar a possibilidade de eliminar, ou isentar, no período entre 01 de Outubro e 30 de Abril de cada ano, o estacionamento tarifado na área supra indicada.

~~Dezembro~~
Loulé, 15 de ~~Setembro~~ de 2017.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*Bárbara
Sneli*
A
Q
Q
Henri
to
to

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a bancada parlamentar do Partido Social Democrata, apresentar sua declaração de voto, relativamente à proposta **número 3217-2017, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2018**, submetida a aprovação da Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal de Loulé.

A bancada Parlamentar do Partido Social Democrata abstêm-se na proposta supra indicada, pelas seguintes razões e fundamentos:

Verificamos que, tal como vem sendo a estratégia deste executivo desde 2014, existe uma grande determinação na distribuição de rendimentos, pelo que, acolhemos e registamos com agrado, o apoio na Ação Social, nomeadamente, no fornecimento de manuais escolares, a atribuição de refeições escolares gratuitas, e ainda do Regulamento Loulé Solidário, no valor total de cerca de 2.150 Milhões de euros para o ano 2018.

Acolhemos ainda, a não aplicação da taxa remanescente de 2,5% da participação variável de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), e não de 5% como o orçamento indica e quer transmitir aos nossos municípios.

Constatamos também, que este executivo mantém a taxa de IMI nos seus valores mínimos legais, (0,3%), tal como já tinha anunciado no Orçamento e aplicado no exercício económico de 2017, e cujo valor já serviu de referencia ao cálculo deste imposto para o ano 2018, pelo que achamos que era desnecessário introduzir esta medida no orçamento de 2018, como se tratasse de algo inédito.

A derrama Municipal, também ela eliminada em 2016, vem também ela, servir de bandeira a este orçamento de 2018, novamente, como se de algo extraordinário e inovador se tratasse, pelo que achamos redundante e talvez desnecessária a sua publicidade nesse orçamento.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE

Barbula
Secretaria
R
2
10
10

Todavia, se achamos que as medidas supra indicadas são necessárias para a melhoria de condição de vida das famílias e das empresas no nosso município, vemos com algum desapontamento, que nas grandes opções do plano (GOP), os investimentos necessários ao desenvolvimento das nossas Freguesias, não são promovidas de forma harmoniosa, mas pelo contrário, de forma seletiva, diferenciada, entre o interior e o litoral, e sobretudo no interior, onde os investimentos são maioritariamente concentrados em apenas algumas freguesias, curiosamente aquelas geridas por executivos socialistas.

Também vemos com alguma reserva, a manutenção da proposta de conclusão da Circular Loulé Norte, em apenas duas faixas, sendo que, o objetivo deste rodovia, é o de retirar do centro da cidade, todo o trânsito que a atravessa diariamente, especialmente os veículos pesados, pelo que, com a evolução do parque automóvel em circulação, bem como pela circulação de maioritariamente de veículos pesados nesta via, a mesma rapidamente se tornará obsoleta, e o investimento terá sido em vão, jogado fora.

A nível da **RECEITA**, verificamos que comparativamente a 2017, o orçamento de 2018 tem uma redução de 3.530 milhões de euros que representa um decréscimo de 3,5%, relativamente ao ano 2017 concretamente originado pela redução do valor do IMI, pela redução da participação na taxa de 2,5% em sede de IRS, e ainda das receitas comunitárias, explicadas pela candidatura das redes de saneamento e água, fruto das opções políticas determinadas por este executivo.

A nível da **DESPESA**, verificamos com alguma preocupação, que a despesa com pessoal, aumentam cerca de 6,2%, um valor absoluto de 1.705 milhões de euros, relativamente ao ano transato, por substituição especialmente da despesa em serviços,

Atendendo ao carácter rígido e estrutural que a despesa com pessoal pode imprimir numa conjuntura económica desfavorável, especialmente quando maior fonte de proveitos da Camara Municipal de Loulé é o IMT, que

10



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "D. Barbosa" and "S. Silva".

representa cerca de 30% da receita total, demasiado elástica, podendo oscilar entre 10 e 40 milhões de euros, a opção por aumentar a rigidez dos custos fixos, não a vemos como uma medida a aplaudir.

Constatamos ainda, com algum sobressalto, que as despesas de capital, investimentos em bens duradouros, veem reforçado o seu valor neste orçamento de 2018, na quantia de 55.310.700,00€, que representa um aumento astronómico de 37% em comparação ao ano anterior de 2017, justificado pela incorporação de parte do saldo de gerência do ano 2017.

Sabendo da importância e o efeito económico, que esta rubrica pode imprimir no tecido social e económico do município, embora recebamos esta inscrição com agrado, é com grande expectativa e ceticismo, que iremos aguardar e monitorizar a taxa de execução do valor previsto para o ano 2018, atendendo que a mesma contraria a linha estratégica que vinha sendo aplicada desde 2014 por este executivo, que ano após ano reduziu este rubrica, passando de um valor de 39.699 milhões em 2014 para 34.362 milhões de euros em 2017, representando um decréscimo de 13,4%.

O valor total do orçamento para 2018 será de 100.921.715€, milhões de euros, mais as reservas que transitam de 2017, no valor de 24.362.550,0€, o que se traduz, apos a incorporação do saldo de gerência, de um orçamento que perfaz o valor total de 125.284.500,00€.

Ano após ano analisamos que o resultado do exercício da CML é superavitário, sendo os excedentes em média na ordem dos 20 milhões de euros.

Tal como decorre do n.º 4 do artigo 108.º da Constituição da República Portuguesa, o Orçamento “prevê as receitas necessárias para cobrir as despesas, ou seja, o Estado e as Autarquias, devem prever todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, o que significa que devem ter em conta o equilíbrio orçamental entre despesas e receitas.

Sendo o orçamento superavitário, a previsão das receitas superiores às despesas, só pode explicar-se; ou porque se pretende cobrir assim o risco

Handwritten signature at the bottom right corner.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULE

Handwritten notes and signatures:
D
Bilhete
Sua
2
[Signature]
[Signature]
[Signature]

de sobreavaliação das receitas, no seu conjunto, produzirem menos do que as importâncias previstas, ou porque se pretende, com o excesso das receitas sobre as despesas, constituir fundos, reservas.

Ora alertamos que o Princípio da Prudência, vertido na alínea f) do ponto 3.2 do D.L. n.º 54-A/99, indica que *“possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso”*

Atendendo ao anteriormente exposto, pode este excedente, rotineiro e sistemático, indicar que estamos a arrecadar mais impostos aos cidadãos e às empresas, que os necessários para fazer face aos custos reais do Município, só isso justifica os saldos superavitários que a CML tem obtido de 2014 a 2017.

Nesse sentido, torna -se imperativo proceder a uma maior devolução de rendimentos aos nossos concidadãos, aliviando-os das taxas municipais, sejam elas por força da ocupação da via pública, seja elas pela eliminação das taxas aplicadas ao estacionamento, ou quaisquer outras que tenham a capacidade de aumentar o rendimento disponível das famílias e das empresas do nosso município.

Assim, pelo anteriormente exposto, vem a bancada d PSD apresentar sua declaração de voto, relativamente à proposta número 3217-2017, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2018

Handwritten signature:
[Signature]

